

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 59/2006

de 26 de Dezembro

O Estatuto Orgânico do Laboratório de Engenharia de Moçambique, aprovado pelo Decreto n.º 28/98, de 9 de Junho, mostra-se actualmente inadequado à prossecução dos fins e atribuições da instituição e ao seu pleno funcionamento, impondo-se, por isso, a alteração do mesmo.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto Orgânico do Laboratório de Engenharia de Moçambique, em anexo, sendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2. Fica revogado o Decreto n.º 28/98, de 9 de Junho, e todas as normas que contrariem o presente Decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 24 de Outubro de 2006.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, Luísa Dias Diogo.

ESTATUTO ORGÂNICO DO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA DE MOÇAMBIQUE

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

Natureza e âmbito

1. O Laboratório de Engenharia de Moçambique, abreviadamente designado por LEM, é um instituto público dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa.
2. O LEM desenvolve a sua actividade em todo o território nacional.

ARTIGO 2

Regime jurídico

O LEM rege-se pelo presente estatuto, pelas normas próprias dos serviços públicos dotados de personalidade jurídica e de autonomia administrativa.

ARTIGO 3

Sede e delegações

O LEM tem a sua sede na Cidade de Maputo, podendo abrir ou encerrar delegações ou laboratórios especializados em qualquer parte do território nacional, sempre que o Conselho de Administração o julgue necessário.

ARTIGO 4

Finalidades

O LEM tem por finalidades:

- a) Garantir a investigação, homologação e controlo de qualidade no domínio da engenharia civil e de materiais de construção e materiais locais, especialmente em relação às obras públicas;
- b) Garantir investigação na área de águas;
- c) Empreender e coordenar os estudos experimentais no campo de engenharia civil e dos materiais de construção, homologar os resultados da investigação e colaborar com estabelecimentos de ensino na preparação do pessoal técnico dos vários graus de especialização e revisão dos curricula respectivos.

ARTIGO 5

Atribuições

Para o prosseguimento das finalidades, o LEM tem por atribuições:

- a) Empreender investigações, estudos e ensaios quer por sua iniciativa quer por solicitação de entidades públicas ou particulares nacionais ou estrangeiras;
- b) Proceder ao controlo de qualidade dos materiais de construção aplicados ou a empregar em obras públicas;
- c) Realizar o controlo de qualidade e homologar os materiais de construção;
- d) Homologar sistemas construtivos e controlar a qualidade de elementos de construção;
- e) Proceder à observação do comportamento de obras de engenharia, com vista a avaliar as suas condições de segurança e durabilidade;
- f) Prestar consultoria e assistência técnica quando solicitado;

g) Acordar ou contratar outras organizações, públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, para a realização de investigação, estudos e ensaios de interesse para os seus programas de acção;

h) Criar, instalar e assistir laboratórios locais especializados junto das obras, sempre que se justifique;

i) Licenciar laboratórios comerciais na área de engenharia civil e de materiais de construção;

j) Seleccionar, recrutar e enquadrar trabalhadores nacionais ou estrangeiros necessários para as suas actividades, nos termos legais;

k) Efectuar estudos de investigação e desenvolvimento no âmbito de normalização e regulamentação técnica e elaborar a documentação necessária em colaboração com outros organismos;

l) Defender a propriedade intelectual dos estudos e projectos do LEM;

m) Manter intercâmbio científico e técnico no quadro das suas atribuições, tanto no plano interno como internacional;

n) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Ministro das Obras Públicas e Habitação.

ARTIGO 6

Obrigatoriedade

1. A qualidade dos materiais de construção a aplicar em obras públicas e particulares deve ser certificada pelo LEM.

2. Os cadernos de encargos devem conter um dispositivo que obrigue à inclusão, nos projectos, cláusulas sobre o controlo de qualidade e de uma previsão financeira para o mesmo.

3. Os cadernos de encargos devem apresentar, na parte referente ao controlo de qualidade, o seguinte dispositivo: "A certificação de qualidade dos materiais de construção a aplicar deve ser feita pelo Laboratório de Engenharia de Moçambique - LEM", acompanhados da definição da certificação dos materiais.

4. Pela realização dos ensaios e pela certificação dos materiais de construção são devidas taxas a serem pagas pelos empreiteiros segundo o valor estipulado pelo LEM.

ARTIGO 7

Subordinação

O LEM subordina-se ao Ministro das Obras Públicas e Habitação a quem compete:

a) Nomear os membros do Conselho de Administração;

b) Celebrar contratos-programa com o LEM;

c) Aprovar o Regulamento Interno;

d) Homologar o licenciamento da actividade dos laboratórios comerciais na área de engenharia civil;

e) Homologar sistemas construtivos e elementos de pré-fabricação;

f) Decidir sobre propostas que sejam apresentadas pelo Conselho de Administração;

g) Nomear o Director-Geral do LEM;

h) Aprovar a tabela de preços de prestação de serviços pelo LEM.

ARTIGO 8

Órgãos e unidades de serviços

1. O LEM compreende os seguintes órgãos:

a) Conselho de Administração;

b) Direcção-Geral;

c) Conselho Técnico.

2. Integram a estrutura orgânica do LEM as seguintes unidades de serviços:

a) Direcção de Materiais de Construção e Estruturas;

b) Direcção de Geotecnia e Vias de Comunicação;

- c) Direcção de Administração e Recursos Humanos;
- d) Departamento Jurídico.

3. Para além das unidades indicadas no número anterior, o Conselho de Administração pode criar outros departamentos e repartições.

CAPÍTULO II

Composição, funcionamento e competências dos órgãos

SECÇÃO I

Conselho de Administração

ARTIGO 9

Caracterização

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo de gestão administrativo-financeira do LEM no prosseguimento das suas atribuições nos domínios da investigação e controlo de qualidade das obras de engenharia civil e de materiais de construção.

ARTIGO 10

Composição e mandato

1. O Conselho de Administração do LEM é constituído pelos seguintes membros:
 - a) Um técnico do LEM com formação superior na área de engenharia civil;
 - b) Um técnico com formação superior em representação do Ministério das Obras Públicas e Habitação;
 - c) Um Técnico com formação superior em representação do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade, proposto pelo titular da instituição a que pertence;
 - d) Um representante de instituições de ensino superior e investigação no âmbito de engenharia civil, proposto pelo Conselho Nacional do Ensino Superior;
 - e) Um representante dos consultores nacionais cuja actividade se desenvolve na área de engenharia civil, proposto por, pelo menos, dois dos restantes membros do Conselho de Administração.
2. Dentre os membros do Conselho de Administração, o Ministro das Obras Públicas e Habitação nomeará o Presidente.
3. O Conselho de Administração tem um mandato de três anos renováveis uma vez.

ARTIGO 11

Competências do Conselho de Administração

1. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre:
 - a) A proposta de orçamento anual a ser submetida aos Ministros das Obras Públicas e Habitação e das Finanças, explicitando os seus vínculos com o orçamento do Estado;
 - b) A proposta do quadro de pessoal e o regulamento das carreiras profissionais específicas do LEM;
 - c) A proposta do regulamento interno do LEM;
 - d) A proposta de criação, extinção ou fusão de departamentos e repartições;
 - e) A proposta do contrato-programa a ser submetido ao Ministro das Obras Públicas e Habitação;
 - f) O programa e planos de actividades anuais;
 - g) Os relatórios de execução do programa e do orçamento anuais, incluindo o processo de contas;
 - h) O plano e programas de formação e estágio;
 - i) A proposta de abate dos bens considerados obsoletos.

2. Compete ainda ao Conselho de Administração propor a revisão ou ajustamento de normas de qualidade, de controlo de qualidade das obras de engenharia civil e dos materiais de construção bem como os regulamentos de engenharia civil.

3. Compete ao Conselho de Administração nomear os Directores das unidades de serviços técnicos e administrativos.

ARTIGO 12

Competências do Presidente do Conselho de Administração

Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

- a) Convocar e presidir às sessões do Conselho de Administração;
- b) Assegurar que as deliberações do Conselho de Administração sejam executadas;
- c) Submeter as contas do LEM à apreciação do Tribunal Administrativo.

ARTIGO 13

Sessões do Conselho de Administração

1. O Conselho de Administração reunirá, em sessão ordinária, uma vez por mês, podendo o Presidente, por sua iniciativa ou sob proposta de pelo menos 2/3 dos seus membros, convocar sessões extraordinárias.

2. O Director-Geral participa, sem direito a voto, nas sessões do Conselho de Administração.

3. O Conselho de Administração só pode deliberar estando presentes pelo menos a maioria dos seus membros.

4. As deliberações são tomadas por maioria simples de votos e no caso de empate o Presidente do Conselho de Administração tem o voto de qualidade.

SECÇÃO II

Direcção-Geral

ARTIGO 14

Caracterização

A Direcção-Geral é um órgão executivo de gestão administrativa-financeira do LEM no prosseguimento das suas atribuições nos domínios da investigação e controlo de qualidade das obras de engenharia civil e de materiais de construção.

ARTIGO 15

Composição e Mandato

1. A Direcção-Geral é composta pelos seguintes membros:

- a) Director-Geral, que a ela dirige;
- b) Director da Direcção de Materiais Construção e Estruturas;
- c) Director da Direcção de Geotecnia e Vias de Comunicação;
- d) Director da Direcção de Administração e Recursos Humanos;
- e) Chefe do Departamento Jurídico.

2. De entre funcionários do LEM, com formação superior na área de engenharia, o Ministro das Obras Públicas e Habitação nomeará o Director-Geral.

3. O Director-Geral deve ter, pelo menos, dez anos de experiência profissional.

4. De entre os funcionários de nível superior do LEM serão nomeados os Directores pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 16

Competências da Direcção-Geral

São competências da Direcção:

- a) Propor ao Conselho de Administração o plano anual de actividades do LEM;
- b) Assegurar que o plano de actividades seja cumprido;
- c) Propor ao Conselho de Administração a criação, extinção ou fusão de departamentos e repartições;
- d) Pronunciar-se sobre quaisquer medidas de carácter geral, que promovam a eficiência no desenvolvimento das actividades do LEM.

ARTIGO 17

Competências do Director-Geral

Ao Director-Geral do LEM compete:

- a) Convocar e presidir às sessões da Direcção-Geral e implementar as deliberações do Conselho de Administração;
- b) Gerir o LEM com vista à realização integral das suas atribuições;
- c) Propor ao Conselho de Administração a criação ou encerramento de delegações ou outras formas de representação do LEM;
- d) Decidir sobre as situações relativas ao pessoal, nomeadamente à sua contratação, nomeação, colocação, promoção, transferência e cessação de contratos;
- e) Elaborar propostas de programas de actividades e do orçamento e os respectivos relatórios de execução;
- f) Elaborar a proposta do contrato-programa;
- g) Celebrar contratos aprovados pelo Conselho de Administração;
- h) Providenciar a arrecadação de receitas;
- i) Autorizar a realização de pagamentos de despesas;
- j) Organizar o processo de contas;
- k) Assegurar a orientação científica e técnica dos trabalhos do LEM;
- l) Corresponder-se com outras entidades;
- m) Estabelecer intercâmbio com organismos de investigação e controlo de qualidades afins;
- n) Representar o LEM em juízo e fora dele;
- o) Dar parecer sobre os assuntos em que for consultado, dentro dos limites da sua competência;
- p) Convocar e presidir às sessões do Conselho Técnico.

ARTIGO 18

Sessões

A Direcção reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Director-Geral a convoque.

SECÇÃO III

Conselho Técnico

ARTIGO 19

Caracterização

O Conselho Técnico é um órgão de consulta no planeamento das actividades de carácter técnico do LEM e no exercício das suas atribuições nos domínios da investigação e controlo de qualidade das obras de engenharia civil e de materiais de construção.

ARTIGO 20

Composição

1. O Conselho Técnico tem a seguinte composição:
 - a) Director-Geral, que o preside;
 - b) Directores das Direcções do LEM;
 - c) Chefes de Departamentos;
 - d) Chefes de Repartições;
 - e) Técnicos do LEM com reconhecida competência técnica e profissional, convidados pelo Director-Geral.
2. Sempre que entenda por conveniente, para esclarecimento das questões a tratar, o Director-Geral poderá convocar para participar nas sessões do Conselho Técnico os técnicos do LEM que considere necessário.
3. Os participantes às sessões do Conselho Técnico em virtude do disposto no número 2 anterior, embora possam tomar parte nas discussões, não terão direito a voto.

ARTIGO 21

Competências do Conselho Técnico

- Ao Conselho Técnico compete:
- a) Dar pareceres técnicos quando solicitados;
 - b) Propor ao Conselho de Administração a definição e revisão ou ajustamento de normas de qualidade, de controlo de qualidade das obras de engenharia civil e dos materiais de construção bem como os regulamentos de engenharia civil;
 - c) Propor os trabalhos que devem ser incluídos, por iniciativa do LEM em publicações suas ou em quaisquer outras, nacionais ou estrangeiras;
 - d) Dar parecer sobre programas de formação técnica e científica e os respectivos currículo, quando destinados ao pessoal em serviço do LEM.

ARTIGO 22

Sessões

1. O Conselho Técnico reunirá ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convoque.
2. As sessões do Conselho Técnico ocorrem quando presentes, pelo menos, a maioria dos seus membros.

CAPÍTULO III

Unidades de Serviços Técnicos e Administrativos

ARTIGO 23

Funções da Direcção de Materiais de Construção e Estruturas

- São funções da Direcção de Materiais de Construção e Estruturas:
- a) Realizar investigações, estudos e ensaios relativos aos materiais, processos de construção e estruturas;
 - b) Realizar estudos sobre soluções de construção não tradicionais que envolvam novas tecnologias, bem como apreciar e homologar estudos e dar pareceres nesse domínio que lhe sejam submetidos;
 - c) Realizar ensaios de recepção de pontes e outras estruturas e o seu controlo pós-construção;
 - d) Realizar estudos sobre patologias das construções;
 - e) Proceder à análise química de metais, solos, águas, tintas, vernizes e materiais de construção, bem como avaliar as suas propriedades técnicas;

- f) Participar em actividades normativas e de regulamentações que tenham por objectivo materiais de construção e processos de construção;
- g) Garantir a implementação dos sistemas de gestão de qualidade de ensaios;
- h) Participar na actividade de licenciamento de laboratórios comerciais.

ARTIGO 24

Funções da Direcção de Geotecnia e Vias de Comunicação

São funções da Direcção de Geotecnia e Vias de Comunicação:

- a) Reconhecer as características mecânicas dos solos no domínio das fundações de edifícios, pontes, barragens de terra, barragens de enrocamento e obras de suporte com vista ao estudo da sua capacidade de carga, à previsão de assentamentos de estruturas e à avaliação da sua segurança;
- b) Realizar estudos, ensaios e observações em apoio as actividades de projecto, à construção de obras de engenharia, reparação e conservação de vias de comunicação;
- c) Realizar estudos sobre os materiais a aplicar em vias de comunicação e os diferentes métodos de estabilização de solos;
- d) Efectuar estudos sobre critérios de qualidade das redes de abastecimento de água e de esgotos;
- e) Realizar ensaios de recepção de equipamento de medição de caudais, bombas, tubos e acessórios de canalização;
- f) Participar em actividades normativas e de regulamentações respeitantes às características e comportamento de obras de engenharia e vias de comunicação;
- g) Garantir a implementação dos sistemas de gestão de qualidade de ensaios;
- h) Participar na actividade de licenciamento de laboratórios comerciais.

ARTIGO 25

Funções da Direcção de Administração e Recursos Humanos

São funções da Direcção de Administração e Recursos Humanos:

- a) Elaborar propostas de planos e orçamento anuais e plurianuais do LEM, bem como monitorar a sua execução e a todos os fundos da instituição;
- b) Elaborar os relatórios de gerência e o balanço de contas do exercício do LEM;
- c) Fazer cumprir e aplicar todas as normas e procedimentos legais para a execução e controlo financeiro;
- d) Proceder à tramitação e registo contabilístico de todo o expediente referente às operações financeiras do LEM;
- e) Efectuar todos os pagamentos de despesas orçamentais e próprias de sua responsabilidade;
- f) Assegurar e dinamizar a cobrança de receitas próprias do LEM e a sua arrecadação e depósito, nos termos legais;
- g) Proceder periodicamente à prestação de contas relativas a todos os fundos da responsabilidade do LEM, perante o Ministério das Finanças e outros organismos, onde esta operação se mostre necessária;
- h) Proceder à gestão dos recursos humanos;
- i) Organizar e manter actualizado o cadastro do pessoal;
- j) Actualizar permanentemente o sistema de informação de pessoal;
- k) Preparar o plano de desenvolvimento de recursos humanos;
- l) Elaborar o quadro de pessoal;
- m) Elaborar o regulamento de carreiras profissionais específicas do LEM;
- n) Elaborar planos e programas de formação dos recursos humanos de acordo com as necessidades;
- o) Elaborar e manter actualizados os registos do património do LEM de acordo com a legislação aplicável bem como efectuar aquisições de bens patrimoniais nos termos devidos;
- p) Orientar e super visar a manutenção das instalações, viaturas, móveis e outros bens patrimoniais e promover a sua reparação sempre que necessário.

ARTIGO 26

Funções do Departamento Jurídico

São funções do Departamento Jurídico:

- a) Prestar assessoria jurídica ao Conselho de Administração e seu presidente, à direcção e ao Director-Geral;
- b) Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos incumbidos de preparar propostas de normas e regulamentos;
- c) Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos com competência para propor ou elaborar contratos a serem celebrados entre o LEM e outras pessoas;
- d) Arquivar e divulgar legislação com interesse para a actividade do LEM;
- e) Prestar apoio na tramitação de processos disciplinares.

CAPÍTULO IV

Gestão Administrativo-Financeira e de Recursos Humanos

SECÇÃO I

Gestão Administrativo-Financeira

ARTIGO 28

Património

Constituem património à guarda do LEM os bens, direitos e outros valores adquiridos no prosseguimento das suas actividades.

ARTIGO 29

Receitas

Constituem receitas do LEM:

- a) As quantias recebidas como contrapartida de prestação de serviços ao Estado, no âmbito das obras públicas e privadas;
- b) As quantias recebidas como pagamento das actividades remuneradas realizadas para entidades privadas, designadamente estudos, investigações, ensaios, homologações e certificações;
- c) As dotações anualmente inscritas no orçamento do Estado;
- d) O produto de venda de material ou equipamento dado como obsoleto ou da alienação de outros bens do seu património;
- e) O produto de venda de revistas, publicações, brochuras e outros materiais informativos;
- f) O produto de aluguer de equipamento ou de arrendamento de parte das suas instalações;
- g) Quaisquer outras receitas, incluindo donativos que, nos termos legais, lhe venham a ser atribuídas.

ARTIGO 30

Despesas

Constituem despesas do LEM:

- a) Os encargos com o respectivo funcionamento, incluindo a formação de recursos humanos, as deslocações em serviço, as visitas de estudo e a participação em actividades de carácter científico dentro e fora do País;
- b) Os custos de aquisição, manutenção e conservação de equipamento, bens e serviços necessários à prossecução das suas actividades;

- c) Os encargos com estudos e investigações no âmbito de acção respectiva.

ARTIGO 31

Contrato-programa

1. O Contrato-Programa estabelece os principais objectivos a atingir, as medidas a levar a cabo para assegurar a implementação dos programas nacionais de controlo de qualidade de obras públicas.
2. Adicionalmente o contrato-programa define os fundos a serem consignados, bem como montantes das dotações do Orçamento do Estado e os critérios a observar na sua distribuição pelas diferentes obras públicas e privadas.
3. O contrato-programa é outorgado pelo Ministro das Obras Públicas e Habitação, ouvido o Ministro das Finanças.
4. O período de vigência é de três anos.
5. Um balanço da execução do Contrato-Programa será apresentado anualmente, como componente do relatório anual, ao Ministro das Obras Públicas e Habitação o qual avaliará o nível de realização dos objectivos fixados e as principais medidas previstas para a correcção dos desvios constatados em relação aos objectivos iniciais.

ARTIGO 32

Disciplina de gestão

A gestão administrativa, financeira e patrimonial do LEM realizar-se-á com base:

- a) Na legislação em vigor;
- b) Nos planos de actividades, orçamentos, balanços e contas de gerência definida;
- c) No contrato-programa;
- d) Nos contratos de prestação de serviços.

ARTIGO 33

Fiscalização e julgamento de contas

As contas do LEM respeitantes a cada exercício estão sujeitas à apreciação pelo Tribunal Administrativo, devendo o Presidente do Conselho de Administração submetê-las nos termos da legislação em vigor.

SECÇÃO II

Gestão dos Recursos Humanos

ARTIGO 34

Regime do pessoal

1. As relações jurídico-laborais do pessoal do LEM regem-se, conforme o caso, pelas normas aplicáveis aos funcionários do Estado ou pelas que resultem dos respectivos contratos individuais de trabalho.
2. O pessoal do Estado que se encontre em actividade no LEM passa em definitivo para esta instituição, mantendo os direitos adquiridos à data da sua transição.
3. Poderão ainda ser contratados pelo LEM, sujeitos à aprovação do Ministro das Obras Públicas e Habitação, peritos nacionais ou estrangeiros, estranhos ao LEM, para execução de estudos ou trabalhos especiais, sendo a respectiva remuneração fixada por acordo das partes.

ARTIGO 35

Mobilidade de quadros

1. Os funcionários do LEM poderão passar para outras instituições em regime de destacamento ou transferência nos termos do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

2. Os funcionários do Ministério das Obras Públicas e Habitação ou de outras instituições ou empresas públicas poderão ser chamados a desempenhar funções no LEM em regime de destacamento nos termos do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

ARTIGO 36

Carreiras profissionais específicas e quadro de pessoal

1. O LEM será dotado de um regulamento de carreiras profissionais específicas e de um quadro de pessoal próprios, aprovados nos termos legais.

2. Num prazo de noventa dias, contados a partir da data de aprovação do presente Estatuto, o Conselho de Administração submeterá à aprovação pela Autoridade Nacional da Função Pública o regulamento de carreiras profissionais específicas do LEM.

CAPÍTULO V

Disposições Diversas

ARTIGO 37

Regulamento interno

Até cento e vinte dias, contados a partir da data de aprovação do presente Estatuto, o Conselho de Administração submeterá ao Ministro das Obras Públicas e Habitação a proposta do regulamento interno.

ARTIGO 38

Livre acesso

O pessoal do LEM, quando no desempenho das suas funções, terá livre acesso nos estaleiros de obras e nos estabelecimentos das indústrias de materiais de construção, mediante exibição de cartão de identificação, em cujo verso se encontra transcrita a presente disposição.

ARTIGO 39

Sigilo profissional

Ao pessoal do LEM aplicam-se as regras de confidencialidade e sigilo profissional, estando-lhes proibido, salvo autorização expressa do Director-Geral do LEM, divulgar as actividades da instituição e os resultados alcançados.